

**HORA DE  
GARANTIR ESSE  
DIREITO  
REVISÕES  
NACIONAIS  
VOLUNTÁRIAS  
PARA OS ODS4 E  
EDUCAÇÃO  
2030**

CAMPANHA GLOBAL PELA

**EDUCAÇÃO**

[www.campaignforeducation.org](http://www.campaignforeducation.org)



**DEFENDA  
A EDUCAÇÃO**

**É HORA DE GARANTIR  
ESSE DIREITO**

# Agradecimentos

O resumo foi escrito por Anjela Taneja (Campanha Global pela Educação) e Antonia Wulff (Educação Internacional). Reconhecemos e agradecemos as seguintes contribuições para o seu aperfeiçoamento: Naiara Costa (Together2030); Camilla Croso (Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação); Boaz Waruku (Campanha da Rede Africana de Educação para Todos); Rene Raya (Asia South Pacific Association for Basic and Adult Education); Coco Lammers, Catherine Woodwin e Sebastian Hine (Save the Children); Sawsan Al Refai (Arab Campaign for Education for All); Chikezie Anyanwu (Campanha Global pela Educação), Anneloes van Kuijk (Global Campaign for Education Netherlands); Alebachew Mekonnen (Basic Education Network Ethiopia); Valerie Duffy e Moira Leydon (Irish Forum for Global Education). Este resumo foi editado por Shaharazad Abuel-Ealeh (Campanha Global pela Educação).

Este resumo foi desenvolvido e produzido com o apoio financeiro da IBIS.

© Campanha Global pela Educação 2017  
Todos os direitos reservados.

[www.campaignforeducation.org](http://www.campaignforeducation.org)

# Introdução

O processo de Revisão Nacional Voluntária (VNR) é uma parte crítica da arquitectura de responsabilização pelos ODS. Este resumo destaca as oportunidades de engajamento da educação da sociedade civil, nacional e internacionalmente, e estabelece as nossas demandas em termos de conteúdo e processo.

## Quais são as revisões nacionais voluntárias?

A Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 é conhecida principalmente pelos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas também inclui medidas para concretizar esses objectivos - denominados Mecanismos de Acompanhamento e Revisão. Especificamente, convida os Estados membros a “realizar revisões regulares e inclusivas dos avanços nos níveis nacional e subnacional, que são conduzidos por países e orientados por países” (parágrafo 79). Estes constituem a base para as revisões anuais de toda a agenda dos ODS, realizada pelo Fórum Político de Alto Nível (HLPF), e pela plataforma central das Nações Unidas para o acompanhamento e revisão da agenda de 2030.

Estas Revisões Voluntárias Nacionais (VNRs) supõem:

- serem voluntárias, lideradas por países e empreendidas por países desenvolvidos e em desenvolvimento;
- serem abertas, inclusivas, participativas e transparentes;
- acompanhar os progressos alcançados na consecução das metas e objectivos do ODS;
- constituir uma plataforma para parcerias, incluindo a participação de grandes grupos e outras partes interessadas (ponto 84 da Agenda 2030); e
- construir em plataformas e processos existentes.

Todos os anos, os países interessados informam o Presidente do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) sobre a sua disponibilidade para apresentar a sua revisão nacional voluntária durante o HLPF. Não foi acordada uma frequência obrigatória para as revisões, mas os países são encorajados a passar por processos de revisão regulares. Não há nenhum mecanismo para forçar os países a fazer uma revisão, a ONU só pode encorajar um Estado membro a ser voluntário.

## A VNR como um processo e um produto

A VNR é um processo e um produto - o relatório actual. O **processo** tem seis blocos de construção que correspondem, grosso modo, às formas como as revisões do ODS fortalecem a implementação dos ODSs:

- Promover a revisão dos quadros institucionais existentes, promover a sua reestruturação à luz da agenda de 2030, integrar a implementação do ODS nos planos e estratégias nacionais e apoiar a sua implementação;
- Reforçar a cooperação e a colaboração entre as agências governamentais e os ministérios e entre os doadores;
- Facilitar a comparabilidade entre países e dentro dos mesmos como parte de um processo de revisão oficial;
- Facilitar o intercâmbio de experiências e boas práticas entre países;
- Proporcionar oportunidades de capacitação e aprendizagem;
- Prever o reforço do sistema nacional de estatísticas e apoiar a recolha de dados para a agenda da ODS; e
- Proporcionar espaço para um diálogo político inclusivo a nível nacional e para o reforço da participação das partes interessadas nas instituições.

No entanto, os países são livres para organizar o processo do modo que acharem adequado, o que significa que a sociedade civil tem de seguir o processo de perto para garantir o seu lugar na mesa.

O formato do relatório VNR (o **produto**) está incluído no apêndice do Relatório A / 70/684 do Secretário-Geral das Nações Unidas, intitulado “Marcos críticos para um acompanhamento e uma revisão coerente, eficiente e inclusiva a nível global”. Inclui um conjunto de orientações voluntárias comuns para a elaboração de relatórios, incluindo áreas a abranger. Estes são indicativos, oferecendo uma estrutura ampla que pode ser adaptada ao contexto de cada país. Enquanto cada HLPF está focado num conjunto de Metas, a VNR também deve abordar a agenda na sua totalidade - ou seja, todas as metas e objectivos.

## Por que deve a comunidade educativa se importar com elas?

Historicamente, a agenda educacional foi liderada pelo Ministério da Educação a nível nacional e defendida pela UNESCO regionalmente e globalmente. Ao longo dos 25 anos da agenda da Educação para Todos, foram forjados fortes relacionamentos na comunidade educativa, o que ajudou a construir uma forte vertente temática para a implementação do ODS4, tal como demonstrado pelo Quadro de Acção da UNESCO. No entanto, os ODS exigem uma nova arquitectura de desenvolvimento global construindo sobre uma abordagem integrada para a realização de todos os 17 Objectivos. O ODS4 não será realizado a não ser que a comunidade educativa entenda e se envolva com esta nova arquitectura, reconheça as inter-relações entre os objectivos, e consiga alcançar e trabalhar com outros sectores, como ministérios responsáveis pela juventude, trabalho, saúde, direitos das mulheres, assuntos sociais e meio ambiente.

Mais especificamente, há cinco razões para que a comunidade educativa esteja envolvida no processo da VNR:

- a. **Garantir que a sociedade civil, incluindo os mais marginalizados e vulneráveis, tenha voz na implementação do ODS.** A sociedade civil de Educação deve ter um assento na mesa quando a implementação do ODS for planeada, desenvolvida, avaliada e monitorizada para impulsionar a implementação da agenda completa da Educação 2030 e cumprir a promessa de não deixar ninguém para trás.
- b. **Como um mecanismo para responsabilizar os Estados.** Este é o espaço mandatado para que os Estados membros sejam responsáveis pela implementação de toda a agenda, incluindo o ODS4. A sociedade civil tem um papel obrigatório para actuar como um cão de guarda e as VNRs fornecem uma ferramenta adicional no nosso arsenal.
- c. **Porque a nossa participação é necessária.** A Educação e as Entidades Académicas (EASG) são reconhecidas como principais actores que devem estar envolvidos em todos os esforços para a realização dos ODS (Resolução 67/290). Isto dá à comunidade de educação um assento oficial na mesa - e uma obrigação de entregar resultados!
- d. **Construir alianças de base ampla.** Seguindo a natureza interconectada dos ODS, amplas coligações inter-temáticas estão a unir-se para rastrear o progresso e exigir que os governos tomem conta. Uma agenda universal e indivisível exige alianças unidas e fortes da sociedade civil entre metas e grupos de interesse.
- e. **Promover a aprendizagem.** O processo da VNR oferece uma oportunidade para se envolver com um conjunto diversificado de partes interessadas e trazer alguns aliados não-tradicionais para a rede, e adquirir novas informações e habilidades que seriam úteis no nosso dia-a-dia de trabalho. Permite também sensibilizar para os benefícios da educação e as interligações com os nossos objectivos e domínios políticos.

# Processos governamentais e intergovernamentais em torno das VNRs

## Preparação nacional

Os países adoptaram diferentes modalidades para conduzir as VNRs. No entanto, cada país tem uma pessoa de contacto (a lista pode ser acedida na página do HLPF)<sup>1</sup> que coordena o processo. Espera-se que essa pessoa trabalhe com as estruturas oficiais para a implementação do ODS para garantir um relatório abrangente - isto é, que combine análises técnicas com insumos de processos consultivos de múltiplos actores. Como tal, isso envolve o envolvimento com estruturas específicas do ODS, ministérios de linha que são responsáveis pelos objectivos individuais (incluindo educação e cooperação internacional), governos subnacionais (nos sistemas federais em particular), o órgão estatístico nacional e liderança política nacional.

Espera-se que o Ministério da Educação seja directamente responsável pela implementação do ODS4, mas o envolvimento depende da prioridade que o governo dá à educação e do grau de seriedade com que envolvem os ministérios. É, portanto, importante para a educação a sociedade civil defender um forte engajamento dos Ministérios da Educação nas VNRs.

## Preparação para a VNR a nível internacional

As directrizes incentivam os Estados membros a convocar reuniões para se prepararem para o HLPF. Até agora, foram organizados retiros para os Estados membros que se voluntariam para revisões nacionais, onde discutem modalidades e planeamento. Estes encontros tendem a ser encerrados, embora os representantes da sociedade civil possam ser convidados a participar de alguns deles, mas os principais destaques são disponibilizados on-line.

O sistema das Nações Unidas também suporta os países VNR. O Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (DESA) oferece Workshops Nacionais e cursos de formação à distância. As Comissões Regionais das Nações Unidas organizam encontros regionais e organizam, anualmente, Fóruns Regionais de Desenvolvimento Sustentável, para se prepararem para o acompanhamento do HLPF e servir de fórum

de intercâmbio de conhecimentos; Workshops de preparação de VNR Regionais são mantidos em suas linhas laterais. Embora o calendário exacto varie de ano para ano, os relatórios nacionais finais VNR estão previstos para estarem prontos mais tarde em meados de Junho antes do HLPF em Julho.

## O que acontece no Fórum Político de Alto Nível (HLPF)?

Cada país VNR deverá apresentar um relatório (e um resumo executivo antecipado) e fazer uma breve apresentação durante o HLPF. Todos os documentos enviados podem ser acedidos no site do HLPF. As apresentações nacionais ocorrem durante o segmento ministerial de alto nível do HLPF (geralmente os últimos três dias do HLPF). O parágrafo 83 da A / 70/864 fornece uma listagem abrangente do que a apresentação deve incluir, mas o tempo é limitado e os sistemas de responsabilização são fracos, o que significa que as apresentações tendem a ser curtas e gerais. As apresentações são seguidas de perguntas e comentários dos Estados membros, bem como da sociedade civil; Mesmo que sejam dadas poucas respostas, esta é uma grande oportunidade para a sociedade civil despertar preocupações. Os países também são encorajados a partilhar as suas experiências e conclusões em workshops dedicadas e eventos paralelos durante a semana do HLPF. Um relatório de síntese final de todas as VNRs apresentadas num ano é gerado e partilhado no site do HLPF.<sup>2</sup>

Não há espaço para apresentação de relatórios paralelos oficiais da sociedade civil (embora destacados durante os eventos paralelos do HLPF), mas os países podem optar por ter um representante da sociedade civil como parte das suas apresentações nacionais. Os principais grupos e outras partes interessadas também estão a apresentar os seus próprios relatórios anuais.

## O que os Estados-Membros devem fazer no âmbito do Processo VNR: expectativas da sociedade civil

### Em processo:

- Um processo robusto, transparente, inclusivo e participativo que inclua toda a gama de partes interessadas desde o início do processo VNR. Isto deve incluir a sociedade civil especializada em cada uma das metas específicas, representantes de grupos marginalizados e vulneráveis, reflectir a diversidade regional do país e não se restringir à participação de organizações maiores ou aquelas com sede na capital nacional. As partes interessadas na educação, incluindo sindicatos representativos e coligações nacionais, devem estar representadas.

<sup>1</sup> Ao clicar no nome ou no pavilhão do país passando por Revisão Nacional Voluntária

<sup>2</sup> [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/127761701030E\\_2016\\_VNR\\_Synthesis\\_Report\\_ver3.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/127761701030E_2016_VNR_Synthesis_Report_ver3.pdf)

- A participação da sociedade civil deve ser significativa e duradoura e não se restringir à participação ad hoc em consultas nacionais ou on-line. Em alguns países, as OSCs ou sindicatos fizeram parte de equipas oficiais de revisão e grupos de redacção. Os dados gerados com base no cidadão devem ser levados em conta durante o processo de revisão.
- Um amplo alcance, incluindo pais, académicos, professores, outro pessoal de educação (em ambientes educacionais formais e não-formais), jovens, crianças e cidadãos em geral, para determinar as suas opiniões sobre o estado actual de entrega e envolvê-los na implementação. Modalidades para o contributo e a participação significativos dos grupos marginalizados devem ser fornecidas abordando as barreiras financeiras, linguísticas, logísticas ou de idade que possam impedir tais grupos de participarem significativamente nas consultas nacionais.
- O processo VNR deve constituir mais do que um processo de revisão, mas oferecer um impulso coordenado para a implementação. Devem ser realizadas revisões das disposições legislativas, das políticas, da reestruturação dos mecanismos de planeamento, de orçamentação e de acompanhamento, bem como das medidas de melhoria.
- As evidências geradas através da Revisão do Sector da Educação devem ser utilizadas nos processos VNR, abordar se os planos de implementação para a educação foram postos em prática e o planeamento ODS deve convergir com o processo de planeamento do sector educativo. Os pontos focais do ODS4 no ministério da educação, identificados como parte da implementação da agenda temática da UNESCO, devem ser incluídos nos processos governamentais VNR para assegurar a convergência com o tema. O processo de VNR deve reforçar o impulso para a implementação do Quadro de Acção para a Educação 2030.
- A educação da sociedade civil deve ser incluída em qualquer nova estrutura nacional de tomada de decisão do ODS que seja estabelecida e que atenda às recomendações formuladas durante o processo de revisão.

O HLPF deve ser seguido por um “reunião de balanço” nacional para que o governo e a sociedade civil possam discutir e concordar sobre as próximas etapas, considerar as lições aprendidas e planear a próxima revisão (estabelecendo um ciclo de responsabilização). Os governos devem, com contributos e apoio contínuos da sociedade civil, sindicatos e outras partes interessadas, fazer o melhor uso do tempo entre as VNRs para construir capacidades e fortalecer a implementação.

### Sobre o produto (o relatório):

- Os relatórios devem dar conta dos progressos alcançados no âmbito de cada meta e objectivo,

destacando sucessos específicos e desafios, incluindo os esforços realizados para garantir que ninguém seja deixado para trás. A educação deve ser abordada dada a sua criticidade para a agenda completa.<sup>3</sup> Devem ser mencionadas iniciativas específicas ou medidas tomadas para melhorar o estado da implementação do ODS4.

- Devem explicar como o país tem recorrido às interligações entre as diferentes metas e objectivos, destacando as medidas específicas tomadas para evitar os silos e criar sinergias.
- Relatório sobre os meios de execução, tanto financeiros como não financeiros.
- Explicar até que ponto os compromissos da AOD estão a ser cumpridos, incluindo uma análise das obrigações extraterritoriais e da ajuda à educação.
- A narrativa deve respeitar, de forma geral, as directrizes comuns de informação do Secretário-Geral das Nações Unidas, a fim de assegurar uma abordagem coerente e comparável da prestação de informações.
- Os países devem descrever como a sociedade civil tem estado envolvida ao longo do processo e como as opiniões divergentes foram consolidadas no relatório final.
- O relatório VNR deve especificar o processo seguido para a sua preparação, incluindo consultas, revisões e o processo esperado após o HLPF.
- Conter o compromisso de estabelecer uma arquitectura e um mecanismo a nível nacional para a implementação e monitorização do ODS, que é de longo prazo e envolve a sociedade civil e que não se limita aos processos VNR.
- Abordar claramente os progressos realizados no sentido de cumprir o compromisso de não deixar ninguém para trás e como isso é aplicado à consecução do ODS4 até 2030.<sup>4</sup> Isso deve incluir uma avaliação de quais os grupos que estão mais atrasados, destacando as estratégias, planos, orçamentos e políticas que serão implementados para garantir que sejam alcançados em primeiro lugar; E partilhar experiências de desafios e etapas que podem ou serão tomadas pelo Governo para superá-las.

3 O documento do Relatório de Monitorização da Educação Global da UNESCO sobre o papel da educação no cumprimento de todos os ODS: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002305/230508e.pdf> and A página Consenso de Copenhaga listando os objectivos do ODS mais críticos para o desenvolvimento nacional: <http://www.copenhagenconsensus.com/post-2015-consensus/nobel-laureates-guide-smarter-global-targets-2030>

4 Resumo da [Save the Children Realizar o compromisso de não deixar ninguém para trás](#) fornece orientação sobre como os governos ea comunidade internacional podem tomar medidas sobre este compromisso.

# Processos da Sociedade Civil

## O Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre Acompanhamento e Revisão enfatizou particularmente a necessidade de os Estados membros envolverem a sociedade civil nas revisões nacionais e no HLPF.

### Compromisso Nacional

As VNRs apresentadas no HLPF de 2016 - o primeiro HLPF realizado após a adopção da Agenda de 2030 - indicaram que quase todos os países relataram envolver a sociedade civil de alguma forma. Embora grande parte do envolvimento tenha sido ad hoc, alguns países parecem ter envolvido a sociedade civil de uma forma mais significativa, por exemplo, incluindo a sociedade civil nas estruturas de implementação do ODS ou delegações para o HLPF. Com isso em mente, a sociedade civil deve:

- Entrar em contacto com o ponto focal da VNR do seu país para saber mais sobre o processo que está a ser adoptado e sinalize o seu interesse em estar envolvido. É importante estabelecer esse contacto antes do início da consulta da VNR. Tente encontrar a pessoa encarregada da elaboração do relatório oficial.
- As redes educativas e os sindicatos devem dar a conhecer a si próprios o seu trabalho ao ponto focal nacional do HLPF e exigir um assento na mesa em todos os processos relacionados com o planeamento, implementação, avaliação e monitorização dos ODS. Por favor, note que os governos podem preferir trabalhar com grupos que representam um conjunto de metas ou apenas escolher aqueles impulsionados pela sociedade civil activa e vocal.
- Criar ligações com as estruturas oficiais do ODS que estão a ser implementadas a nível nacional (por exemplo, um organismo de alto nível da ODS, ancorado pelo gabinete do Chefe de Estado ou de Governo, grupo de supervisão parlamentar ou uma comissão independente do ODS).
- Entrar em contacto com a pessoa encarregada dos ODS e / ou o Ponto Focal de Educação 2030 no ministério da educação para perguntar sobre os processos internos para a contribuição do ministério da educação. Da mesma forma, é provável que os ministérios da cooperação para o desenvolvimento, os assuntos externos e os escritórios nacionais de estatística estejam envolvidos. Verificar se existe um grupo parlamentar para os ODS.

- Criar um zumbido em torno do processo VNR na educação da sociedade civil, organizando eventos e participando de actividades organizadas por outros.
- Alcançar novos aliados potenciais dentro da sociedade civil da educação para expandir a adesão da coligação e alcance nacional. Por exemplo, pode-se trabalhar com grupos que trabalham no Objectivo 4.7 (isto é, educação em direitos humanos, educação para o desenvolvimento sustentável e educação para a cidadania global), cujo trabalho talvez não tenha girado historicamente em torno do ministério da educação.
- Trabalhar com as coligações das OSCs através de diferentes objectivos. Estas estão a unir-se para monitorizar a implementação e envolverem-se com os processos nacionais. É importante fazer parte destes, uma vez que o futuro engajamento de ODS das OSC em processos globais e regionais pode acontecer através dessas estruturas.
- Em muitos países, estão a ser elaborados relatórios da sociedade civil sobre a VNR. Muitos estão conectados a uma rede global de OSC que cobre todos os objectivos; Neste caso, oferecer para elaborar ou contribuir para a elaboração da secção sobre ODS4 no processo. Em alternativa, considere um relatório autónomo para centrar a atenção nacional no progresso do Objectivo 4. Note-se, contudo, que, diferentemente dos relatórios submetidos à Revisão Periódica Universal (RPU) sobre direitos humanos, não existe um espaço oficial para a submissão dos relatórios sombra VNR à ONU; Estes são apresentados somente em eventos laterais de OSC separados durante o HLPF. Ao redigir o relatório, procure alcançar o seu maior número de membros e outras partes interessadas que trabalham em educação nacionalmente abordando objectivos que a coligação pode não ter experiência. Certifique-se de que o seu relatório (ou pelo menos seu resumo executivo) é traduzido em línguas locais e que o relatório é divulgado amplamente, inclusive com Comunicação Social, parlamentares e outras partes oficiais interessadas. Dada a convergência entre o Objectivo 4 do ODS e as disposições existentes em matéria de direitos humanos,<sup>5</sup> parte das evidências geradas para o relatório poderia ser usado como parte da submissão de relatórios aos órgãos de direitos humanos.
- A participação como parte de uma delegação oficial no HLPF é difícil, mas há um precedente: no primeiro ano, quatro governos incluíram representantes da sociedade civil, sindicatos ou sector privado nas suas delegações. Os processos formais de selecção são levados a cabo pela UNDESA em relação a eventos paralelos oficiais do HLPF em Nova Iorque.

<sup>5</sup> The Right to Education Project (<http://www.right-to-education.org/>) e Instituto Dinamarquês dos Direitos Humanos (<http://sdg.humanrights.dk>) Fornece uma análise detalhada de como cada objectivo ODS4 é reflectido na lei de direitos humanos.

- Realizar uma reunião de acompanhamento a nível nacional após o HLPF para comparar as suas análises e conclusões com as da revisão oficial. Fazer uso de quaisquer perguntas levantadas por outros Estados membros com base no seu relatório em sua defesa nacional.
- Continuar o engajamento contínuo para a implementação dos ODS nos anos subsequentes. Enquanto a VNR pode não acontecer novamente em breve, há uma necessidade contínua de monitorização da sociedade civil para garantir a responsabilidade do Estado forte para a implementação do ODS.

## Compromisso internacional e regional

### Grupos Principais e Outros Mecanismo de

**Coordenação Intervenientes:** O espaço oficial para o compromisso global com o HLPF e com uma série de processos preparatórios é através do Mecanismo de Coordenação do HLPF (HLPF CM).<sup>6</sup> Os Grupos Principais e Outras Partes Interessadas são reconhecidos como sectores da sociedade cujas opiniões devem ser incorporadas nos processos intergovernamentais.

A CGE e a Educação Internacional, juntamente com o International Council for Adult Education e o Sindicato dos Estudantes Europeus, estão representados como Parceiros Organizadores do O Grupo das Partes Interessadas na Educação e na Academia (EASG), que nos confere o papel de representante da comunidade educativa.

A EI também é representada através do Grupo Principal de Trabalhadores e Sindicatos. Existem estruturas regionais equivalentes, incluindo o Mecanismo Regional de Participação das OSC na Ásia-Pacífico (AP-RCEM) e o Grupo de Trabalho Africano das OSC. Foruns semelhantes estão a evoluir noutras regiões; O precedente fornecido pelo HLPF CM fornece uma razão para a educação ser reconhecida como um eleitorado distinto nessas plataformas.

**O Grupo das Partes Interessadas na Educação e na Academia (EASG):** O Grupo das Partes Interessadas na Educação e na Academia reúne a educação baseada em direitos humanos e as organizações e redes académicas que se auto-organizam para acompanhar e rever os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. O EASG está aberto a todas as organizações que trabalham para a plena realização do direito a uma educação de qualidade, à implementação da Agenda 2030 e, em particular, do ODS4.

**Processos não oficiais de OSC:** Uma vez que a revisão internacional oficial tem lugar no HLPF em Nova Iorque, é importante estabelecer ligações com as redes temáticas regionais e globais de ODS que existem actualmente. Entre outros, Together 2030 e Action For Sustainable

Development (Action4SD) têm membros nacionais e globais e coordenam o envolvimento da sociedade civil com os processos ODS globalmente; Pode ser útil juntar esses grupos. A Action4SD e o Grupo de Reflexão sobre a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 coordenam os relatórios sombra das OSC. É aconselhável envolver-se tanto com a EASG como com a gama mais alargada de partes interessadas para maximizar os contactos e o fluxo de informação.

**Processos oficiais:** Os países da VNR reúnem-se à margem das reuniões das comissões regionais das Nações Unidas. Da mesma forma, a sociedade civil dos países da VNR tende a se reunir nos Fóruns ODS da Sociedade Civil que são realizados em torno desses espaços oficiais. As modalidades de compromisso com o Fórum Político de Alto Nível em Nova Iorque foram bem cobertas no Guia do Usuário do HLPF da CIVICUS. As modalidades de envolvimento das OSC no HLPF estão a evoluir; Um número limitado de declarações oficiais das OSCs são entregues nas sessões oficiais do HLPF e em eventos dedicados, bem-atendidos, organizados por Grupos Principais e Outras Partes Interessadas.

<sup>6</sup> Mais informações sobre o Mecanismo de Coordenação podem ser acedidas aqui: <https://sustainabledevelopment.un.org/majorgroups/hlpf>



# LEITURA CRÍTICA

- 🕒 [Proposta de directrizes voluntárias comuns para a elaboração de relatórios voluntários nacionais no HLPF](#)
- 🕒 [Directrizes das Nações Unidas para a elaboração de relatórios de países contra os ODS](#): Não se restringe apenas às VNRs, mas um guia útil sobre como os governos podem se comprometer com os processos do relatório do ODS na totalidade.
- 🕒 [WebSite da ONU para o HLPF](#): Este contém a lista de países VNR (e os seus pontos focais), FAQs sobre o ano VNR, outros documentos críticos, calendário e relatórios apresentados. A página também inclui links para Reuniões Preparatórias Regionais à medida que elas se tornam conhecidas.
- 🕒 [Como se comprometer com o Fórum Político de Alto Nível \(HLPF\): Guia do Usuário](#): Preparado pela CIVICUS e explica as modalidades adoptadas no HLPF.
- 🕒 [Objectivo de Desenvolvimento Sustentável: Um guia prático para acção nacional e responsabilização](#). Guia de acção e de responsabilização da Amnistia Internacional para os ODS a nível nacional e internacional.



CAMPANHA GLOBAL PELA  
**EDUCAÇÃO**  
[www.campaignforeducation.org](http://www.campaignforeducation.org)

 **DEFENDA  
A EDUCAÇÃO**  
É HORA DE GARANTIR  
ESSE DIREITO